



GT 43. Etnografias da deficiência

Coordenador(es):

Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

Fagner Carniel (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 1 - Objetivações Corporalizadas e Deslocamentos Epistêmicos

Debatedor/a: Pedro Lopes (ESCOLA DA CIDADE - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Sessão 2 - Movimentações e mutações no ativismo da Deficiência

Debatedor/a: Nádia Elisa Meinerz (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 3 - Limites e Impasses nas Políticas Públicas

Debatedor/a: Natan Monsores de Sá (UNB - Universidade de Brasília)

O presente GT apresenta a temática da deficiência como uma experiência multidimensional e impulsionadora de inúmeros desafios de análise, e aceitaremos trabalhos sobre as relações entre deficiência e doenças raras e temas como classe, gênero, raça, ciclo de vida, condição de trabalho, cuidado, vida autônoma e interdições, de modo a refletir as variadas "narrativas da deficiência" e processos classificatórios. Serão, ainda, aceitos trabalhos sobre movimentos por políticas públicas para pessoas com deficiência e doenças raras nos temas de mercado de trabalho, educação, saúde, assistência social, serviços de apoio, incluindo assistentes pessoais, intérpretes de língua de sinais, entre outros. Gostaríamos, ainda, de receber reflexões sobre algumas provocações: a primeira se detém na discussão se a deficiência deve ser apenas objeto de estudo da Antropologia, ou sujeito dela. Privilegia-se nesse debate os trabalhos de pesquisadores/as com deficiência e/ou suas experiências de campo. A segunda refere-se à questão do desejo, seminal para enfrentar a negatividade histórica em torno do tema, haja vista a potência perturbadora, desestabilizadora e agitadora da categoria deficiência para a pesquisa e produção teórica. A terceira provocação diz respeito à questão Ontológica, e as relações entre o tema e outros como animais (ex. equoterapia, cães de trabalho e suporte), objetos (cadeiras de rodas, bengalas, pulmões de aço), tecnologias (fala computadorizada, smartphones), linguagens.

Maternidades de fronteiras de mulheres com filhos com Tay-Sachs: a subjuntividade narrativa como possibilidade de vida

Autoria: Júlia Campos Climaco (CNPq)

À luz do feminismo matricêntrico, que reconhece a centralidade da maternidade para a vida das mulheres que, por escolha ou não, são mães, abordo as maternidades de fronteiras vividas por sete mulheres que receberam o diagnóstico terminal de Tay-Sachs para suas crianças: doença neurodegenerativa rara que causa a morte na primeira infância, sem cura conhecida. As experiências de adoecimento compartilhadas pelas mães e o corpo adoecido e vulnerável de suas crianças circunscrevem suas maternidades em várias fronteiras: entre o presente e o futuro; entre o que pode ser e o que é; entre a maternidade normativa e a que é possível a elas viver; e entre um mundo de saúde e vida e um mundo de doença e morte. Nessas fronteiras, abrem brechas narrativas entre a felicidade esperada e o que querem viver em suas maternidades e o que os corpos adoecidos de seus filhos e filhas permitem. Em tais brechas, suas histórias podem ser subjuntivizadas, processo no qual múltiplas possibilidades coexistem em diferentes e por vezes conflitantes interpretações sobre o passado, o presente e o futuro, mantendo os finais para suas histórias abertos e paralelos. Criam, desse modo, um espaço fronteiro de narrativas subjuntivas ?como se; e se?: um espaço



entre ?o que deve ser?; ?o que é?; e ?o que poderia ter sido?. Negociam o desespero de ter a morte no centro da relação com suas crianças (o presente do indicativo), de se perder nas possibilidades de tudo que poderia ter sido (o futuro do pretérito), de se cobrar e se pautar no que deveriam ser como mães (o imperativo da normativa materna de serem boas mães com filhos vivos e felizes) e a possibilidade de se viver a vida que essa criança tem, sem negar a morte, mas com sua suspensão no cotidiano: experimentar com a vida e a morte, criando as melhores vidas possíveis para elas e suas crianças ?como se? a vida fosse o horizonte, de modo que suas maternidades e práticas de cuidado digam mais sobre a vida do que sobre a morte. Pensar essa dinâmica de maternidade de fronteira, oferece um olhar interessante para diversas vivências ambivalentes outras de mulheres que vivem experiências de continuidades e descontinuidades, conflitos e negociações. As fronteiras passam de ser uma linha entre dois territórios a ser um espaço dinâmico habitado por significados e experiências, que existem em um tempo e que possuem suas próprias hierarquias, normativas e poderes. Nesse espaço, resistências e desafios às narrativas hegemônicas, ou mesmo contra-narrativas, podem emergir e incorporar mulheres que estão na fronteira da maternidade hegemônica e normativa, ainda que reguladas por ela, pode ampliar a compreensão corporificada das maternidades possíveis.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: